

Sumário

Capítulo I – O que é Inteligência Artificial?.....	1
1. A Inteligência Artificial em face da Economia Digital e as Empresas Transnacionais: as corporações e os “novos deuses” da Inteligência Artificial	37
Capítulo II	63
1. Empresas Transnacionais.....	63
2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro	74
Capítulo III.....	83
1. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS da Constituição Federal: os FUNDAMENTOS e OBJETIVOS constitucionais balizando os deveres das corporações.....	83
1.1 O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da constituição federal: a SOBERANIA NACIONAL	88
1.1.1 A soberania nacional em face do PRINCÍPIO da INDEPENDENCIA NACIONAL: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal	92
1.1.2 A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o PRINCÍPIO da LEGALIDADE estruturado em face do princípio democrático	97

1.2. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da Constituição Federal: a DIGNIDADE da PESSOA HUMANA	100
1.3. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da Constituição Federal: os VALORES SOCIAIS do TRABALHO e da LIVRE INICIATIVA	104
1.3.1. Os valores sociais do TRABALHO HUMANO em face das atividades econômicas vinculadas ao uso da Inteligência Artificial	115
1.3.2. Os valores sociais da LIVRE-INICIATIVA em face das atividades econômicas vinculadas ao uso da Inteligência Artificial	123
1.4. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da Constituição Federal: garantir o DESENVOLVIMENTO NACIONAL como objetivo da República Federativa do Brasil. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA OPÇÃO POLÍTICA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	127
1.5. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da Constituição Federal: a REDUÇÃO das DESIGUALDADES SOCIAIS e REGIONAIS e a ERRADICAÇÃO da POBREZA como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil em face da PESQUISA TECNOLÓGICA voltada PREPONDERANTEMENTE PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS BRASILEIROS e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional	147

Capítulo IV	155
1. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA	155
1.1. A ECONOMIA DIGITAL em face dos PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA balizando os deveres das corporações com fundamento na VALORIZAÇÃO do TRABALHO HUMANO e na LIVRE INICIATIVA visando assegurar a TODOS VIDA DIGNA conforme os ditames da justiça social, observados os princípios específicos da atividade econômica estabelecidos em nossa Lei Maior	155
1.1.1. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a SOBERANIA NACIONAL	160
1.1.2. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a PROPRIEDADE PRIVADA e sua FUNÇÃO SOCIAL	164
1.1.3. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a LIVRE CONCORRÊNCIA	186
1.1.4. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a DEFESA do CONSUMIDOR.....	190
1.1.5. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a BUSCA do PLENO EMPREGO.....	198

1.1.6. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: o tratamento favorecido para as EMPRESAS de PEQUENO PORTE constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País	213
1.1.7. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a DEFESA do MEIO AMBIENTE.....	217
1.1.7.1. A tutela jurídica do meio ambiente em face do direito constitucional brasileiro: a definição legal infraconstitucional de meio ambiente e a ADI 3540	217
1.1.7.2. Classificação do meio ambiente no âmbito do direito constitucional brasileiro: os quatro significativos aspectos que já indicávamos desde a 1ª edição de nosso Curso de Direito Ambiental Brasileiro (2000) acolhidos e ratificados posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal	221
1.1.7.2.1. Meio ambiente natural	225
1.1.7.2.2. Meio ambiente artificial.....	227
1.1.7.2.3. Meio ambiente cultural.....	228
1.1.7.2.3.1. Meio ambiente digital.....	229
1.1.7.2.4. Meio ambiente do trabalho/saúde ambiental	230
1.1.7.2.5. O patrimônio genético	233
1.1.7.2.5.1. O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal	233

1.1.7.2.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN	234
1.1.7.3. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios gerais da atividade econômica: a DEFESA do MEIO AMBIENTE estruturada pelos Princípios do DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	235
1.1.7.3.1. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face da DEFESA do MEIO AMBIENTE: O PRINCÍPIO da PREVENÇÃO.....	236
1.1.7.3.1.1. PREVENÇÃO ou PRECAUÇÃO? O art.225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na DIGNIDADE da PESSOA HUMANA (Art.1º, III da CF) assim como nos VALORES SOCIAIS do TRABALHO e da LIVRE-INICIATIVA (Art.1º, IV da CF).....	246
1.1.7.3.1.1.1 O conteúdo jurídico do denominado princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor	250
1.1.7.3.1.1.2. Atividades de produção de bens e serviços em face do princípio da precaução: incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado	254

1.1.7.3.1.1.3 O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível no EPIA (art. 225, § 1º, IV, da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente	256
1.1.7.3.2. O uso de Inteligência Artificial por parte de empresas transnacionais no Brasil em face da DEFESA do MEIO AMBIENTE: O PRINCÍPIO do POLUIDOR-PAGADOR	257
Capítulo V	263
1. A DEFESA do MEIO AMBIENTE como PRINCÍPIO REGULADOR da INTELIGENCIA ARTIFICIAL no âmbito da ECONOMIA DIGITAL: o MEIO AMBIENTE DIGITAL em face da sociedade da informação e sua tutela jurídica vinculada ao direito ambiental constitucional brasileiro	263
1.1. Meio ambiente cultural em face da sociedade da informação ...	268
1.2. Natureza jurídica do patrimônio cultural e seus reflexos na comunicação social (art. 220 da CF): o meio ambiente digital	270
1.3. Sociedade da informação e meio ambiente digital	271
1.3.1. A tutela constitucional da liberdade de expressão no âmbito do meio ambiente digital.....	275
2. A DEFESA do MEIO AMBIENTE como PRINCÍPIO REGULADOR da INTELIGENCIA ARTIFICIAL no âmbito da ECONOMIA DIGITAL: a responsabilidade ambiental constitucional das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital.....	284

2.1. Os deveres ambientais em face das atividades econômicas impostos pela Constituição Federal aplicáveis à economia digital/inteligência artificial.....	288
2.2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital/inteligência artificial: os princípios constitucionais ambientais da prevenção, “precaução” e do poluidor pagador.....	290
2.2.1. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital/inteligência artificial: a responsabilidade ambiental das empresas em face do princípio constitucional da prevenção e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental x Censura	291
2.2.2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital/inteligência artificial: o denominado princípio da precaução x censura....	302
2.2.3. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital/inteligência artificial: o princípio constitucional do poluidor pagador e a responsabilidade solidaria em face das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da economia digital ...	314
Referencias.....	327